

Economia *-Brasil*

O AJUSTE FISCAL Sai hoje o anúncio das medidas, que deverão produzir um ajuste de R\$ 28 bilhões nas contas públicas de 98 e 99

Cortes de R\$ 8,7 bi no orçamento

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – O governo apresenta hoje as medidas fiscais que vão produzir um ajuste de R\$ 28 bilhões nas contas públicas entre este ano e o ano que vem, saindo de um déficit em 1998 para um superávit primário de 2,6% do Produto Interno Bruto em 1999. Os cortes de gastos no orçamento da União serão de R\$ 8,7 bilhões, informou o presidente Fernando Henrique Cardoso, em pronunciamento ontem em cadeia de rádio e TV. O aumento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais ativos e a criação da contribuição para os inativos devem render mais R\$ 5 bilhões, segundo cálculos de fontes do governo que participaram da elaboração do Programa de Estabilidade Fiscal.

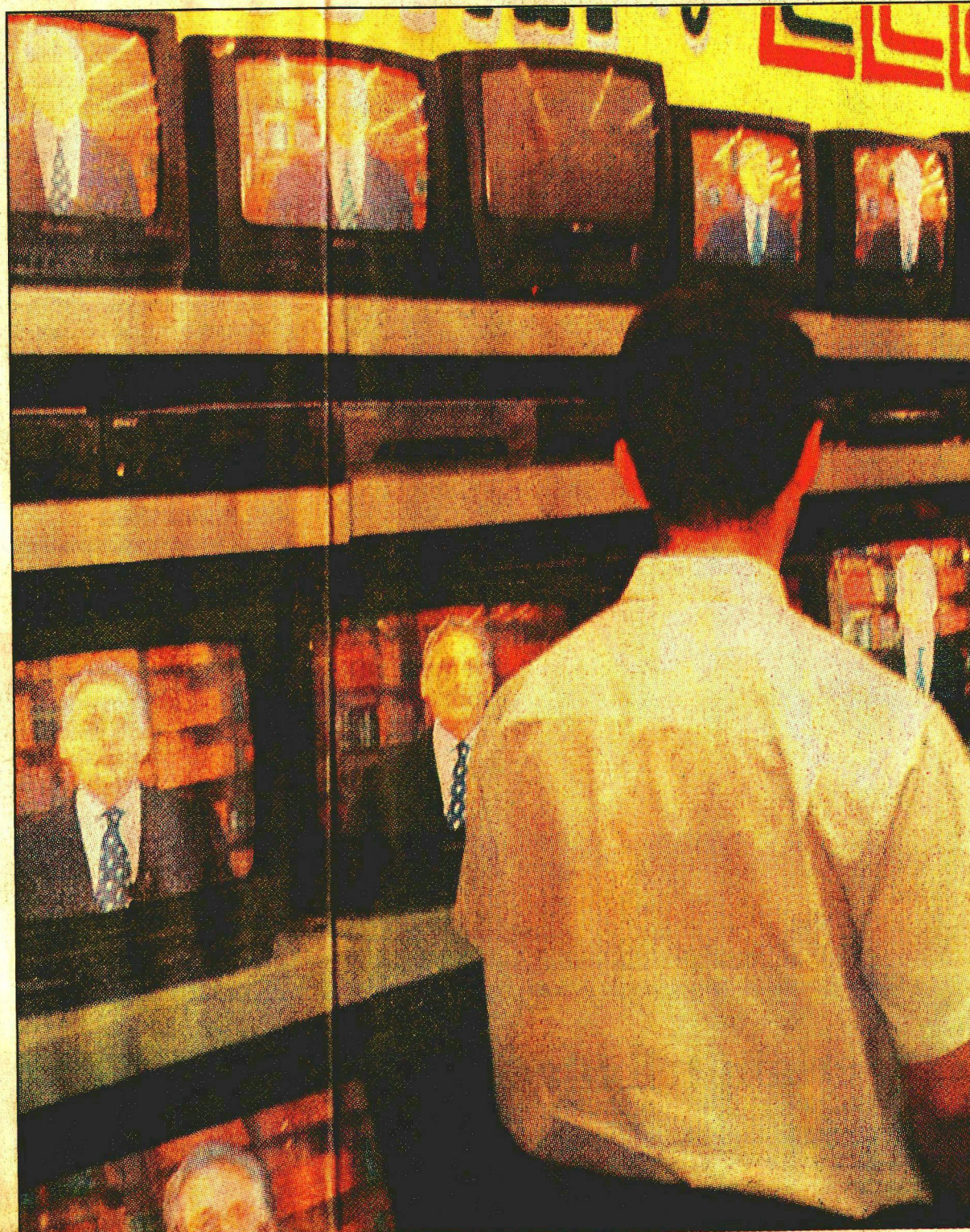
O imposto sobre o cheque (CPMF) subirá dos atuais 0,2% sobre o valor de cada transação financeira, para 0,38% a partir do ano que vem, caindo para 0,3% em 2000, percentual que valerá também para 2001. A medida, que como as demais passará pelo crivo do Congresso, quase duplica a receita da CPMF dos atuais R\$ 8 bilhões para cerca de R\$ 15 bilhões. Cálculos indicam que o ajuste será dividido entre aumento de impostos e cortes de gastos, na proporção de 2 de receitas adicionais para 1 de redução da despesa pública.

O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) será prorrogado por mais dois anos, vigorando até 2001. Esse fundo representa uma retenção de 20% sobre praticamente todos os impostos da União, o que equivale também a uma redução das transferências aos estados e municípios através do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados. A União passa a ter maior poder de arbitrar o gasto, na proporção em que “descarimba” verbas. Essa re-

tenção será aumentada para 40% sobre os impostos e contribuições que ficam nas mãos exclusivas da União. Não afeta, portanto, o montante das transferências aos estados e municípios. Estes, contudo, passarão a ter um teto de 12% de suas receitas líquidas para gastar com os aposentados, além de instrumentos legais de controle de gastos.

O Programa de Estabilidade Fiscal, que fixa metas de superávit primário de 2,6% do PIB para 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001, pretende criar as condições para uma redução rápida das taxas de juros, desarmando uma bomba que está debilitando todo o setor produtivo e contaminando o endividamento do setor público. O processo de queda dos juros, contudo, só estará consolidado quando o Congresso votar as reformas estruturais: a da Previdência Social, administrativa e tributária. Ontem, o presidente pediu urgência na aprovação das reformas.

O presidente assinalou que as medidas divulgadas hoje trarão um “equilíbrio”. Ou seja, buscam o esforço “um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres”. O corte de gastos de R\$ 8,7 bilhões sobre pouco mais de R\$ 44 bilhões para custeio e investimentos acaba afetando toda a sociedade, já que investimentos públicos serão postergados. O texto de quase 60 páginas que detalha toda a programação fiscal até 2001 divide o ajuste fiscal em duas partes: a emergencial, que envolve aumento transitório da CPMF e das contribuições previdenciárias dos servidores ativos e inativos (que serão baixadas quando a primeira e a segunda geração de reformas da previdência estiverem prontas); e a estrutural, que é a implementação efetiva das três reformas constitucionais.



Carlos Eduardo

Entre as medidas que serão anunciadas hoje está a elevação da CPMF para 0,38% e sua prorrogação

LEIA MAIS

- Os detalhes sobre os aumentos nas alíquotas da CPMF e do Confins, com a repercussão no Congresso (página 14)
- O preço que pagam os servidores federais pelo ajuste fiscal (página 115)
- A bolsa de Nova Iorque fechou em baixa ontem e analistas atribuíram a queda ao temor de desvalorização cambial no Brasil. O BC desmente (página 17)
- A íntegra do pronunciamento de ontem do presidente da República (página 19)
- A Prefeitura do Rio se adianta e faz o ajuste carioca: vêm aí aumento de IPTU e criação de nova taxa, sobre coleta domiciliar de lixo (página 20)